JUSTIÇA ELEITORAL

Bolsonaro a um voto da inelegibilidade

Julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, que será retomado hoje, tem placar de 3 x 1 pela condenação do ex-presidente

» LUANA PATRIOLINO
» RENATO SOUZA

Com placar de 3 a 1 para tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma, hoje, a partir das 12h, o julgamento no qual o ex-chefe do Executivo é acusado de abuso de poder político e uso de indevido dos meios de comunicação. Nesta quarta sessão, estão previstas as apreciações dos ministros Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e Alexandre de Moraes. Basta um voto para sacramentar a condenação.

A análise de ontem foi iniciada com o voto do ministro Raul Araújo. Ele divergiu do relator Benedito Gonçalves e votou pela rejeição das acusações. Em seguida, votaram Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares, pela condenação.

O processo, movido pelo PDT, trata da reunião organizada por Bolsonaro com embaixadores, em 18 de julho de 2022, no Palácio da Alvorada. Na ocasião, o então presidente colocou em xeque a segurança do sistema eleitoral e apontou risco de fraude no pleito, sem apresentar provas. O encontro foi transmitido pela TV Brasil e pelas redes sociais da emissora pública.

O ministro Raul Araújo concordou que Bolsonaro divulgou informações falsas na reunião no Alvorada, mas citou liberdade de expressão.

"Numa democracia, não há de ter limites o direito fundamental à dúvida, à curiosidade e à desconfiança. Cada cidadão é livre para crer ou descrer no que bem entender; para duvidar.... E essa ampla liberdade de pensamentos não pressupõe ou demanda elementos racionais que os justifiquem ou legitimem e não precisa fundar-se em discursos intersubjetivamente válidos", afirmou. "Qualquer cidadão pode defender e desejar modelo de votação diferente daquele vigorante no país. Qualquer que seja o formato. Pode sustentar o aprimoramento desse mesmo sistema. Pode propor modificações, sejam elas quais forem. Tudo isso se insere, legitimamente, no espectro constitucional de proteção da liberdade de expressão."

Araújo também não viu uso irregular da emissora pública. "A reunião com os embaixadores – independentemente dos trechos inverídicos ali contidos – foi um ato solene cujo protagonista foi o presidente da República, tendo como ouvintes os embaixadores de diversas nações estrangeiras, o que, por si só, justifica a atuação da referida empresa pública", destacou.

O magistrado ainda votou contra a inclusão da minuta golpista no processo — o documento foi encontrado na casa do ex-ministro Anderson Torres e detalhava trama para reverter o resultado das eleições, que definiu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República. Na avaliação de Araújo, não há elementos suficientes para comprovar a relação entre a reunião com embaixadores e o documento.

"Inexiste qualquer elemento informativo capaz de sustentar, para além de ilações, a existência de relação entre a reunião e a minuta de decreto, a qual, apócrifa e sem origem e sem data determinada, persiste de autoria desconhecida a impedir qualquer juízo seguro de vinculação daquele achado com o pleito presidencial de 2022 ou com os investigados", argumentou.

Por fim, Araújo sustentou: "Fato é que a intensidade do comportamento concretamente imputado — a reunião de 18.7.2022 e o conteúdo do discurso — não foi tamanha a ponto de justificar a medida extrema da inelegibilidade".

Mentiras

Já o ministro Floriano Marques seguiu o relator e votou a favor da inelegibilidade. Segundo ele, as ações de Bolsonaro representaram risco grave contra a democracia.

"O que de mais grave pode existir que acusar três ministros da Suprema Corte de ser assecla de criminoso e terrorista? O que pode ser mais grave do que achincalhar o regime democrático e dizer que são forjadas e ardilosamente. O que haveria de mais abusivo que mesquinhar a nação", questionou.

Por sua vez, o ministro André Ramos Tavares partilhou do mesmo entendimento e destacou que a liberdade de expressão, um direito fundamental, "não alberga a propagação de mentiras". Ele apontou que a reunião não foi um ato "isolado e aleatório", mas fez parte de uma "verdadeira concatenação estratégica ao longo do tempo, com finalidades eleitoreiras".

Os advogados do ex-presidente sinalizaram que pretendem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), em uma eventual decisão pela inelegibilidade

Mauro Pimentel/AFP)



Bolsonaro no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro: "Acredito, até o último segundo, na isenção e em um julgamento justo"

O voto de cada ministro

Ed Alves/CB/DA.Press



Benedito Gonçalves
"Não foi realizada apenas uma live, houve transmissão de evento de caráter oficial, marcado por desvio de finalidade. (A transmissão) ocorreu somente nas redes do investigado, mas em emissora pública, reverberou falsa denúncia de fraude, que, a essa altura, já havia levado à cassação de deputado federal. O fato ocorreu a menos de três meses da eleição e serviu para alinhavar prática nefasta que foi levada adiante durante campanha." (...) "O que torna o evento no Palácio do Alvorada um evento aberrante foi o poder simbólico de presidente da Republica e da posição de chefe de Estado para degradar ambiente eleitoral."

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Raul Araújo
"Qualquer cidadão pode defender e desejar modelo de votação diferente daquele vigorante no país. Qualquer que seja o formato. Pode sustentar o aprimoramento desse mesmo sistema. Pode propor modificações, sejam elas quais forem. Tudo isso se insere, legitimamente, no espectro constitucional de proteção da liberdade de expressão." (...) Fato é que a intensidade do comportamento concretamente imputado — a reunião de 18.7.2022 e o conteúdo do discurso — não foi tamanha a ponto de justificar a medida extrema da inelegibilidade."

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Floriano Marques
"Identifica-se claramente que longe de ser uma comezinha manifestação de governo, tratou-se de evento de corte nitidamente eleitoral, realizado com utilização de elementos tangíveis (bens, servidores, recursos públicos) e intangíveis (a condição de chefe de Estado, os símbolos da República, o poder de convocação de autoridades diplomáticas). O evento, concluo, tinha objetivos de beneficiar a candidatura do primeiro investigado, seja reforçando sua pretendida imagem eleitoral, (...), seja ainda, e o mais grave, criando uma ambiência de descrença no sistema eleitoral."

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



André Tavares
"Com a roupagem de debate público, o investigado, na realidade, proferiu sérias acusações sem estar amparado minimamente por um acervo comprobatório que sustentasse tais conjecturas, incorporando em seu discurso "invenções", "mentiras grosseiras", "fatos forjados" e "distorções severas" de informações. Não é pouco. Mais do que mentiras, forma-se um pool de perturbações severas à democracia e às instituições com intuito eleitoral. O que se constata é a reverberação de fatos inverossímeis, descontextualizados e despidos de mínima seriedade."

Ex-presidente: "É uma injustiça comigo"

» INGRID SOARES

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) comentou, ontem, sobre o julgamento em andamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pode torná-lo inelegível por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Ele alegou que "o jogo ainda não acabou" e se disse "completamente injustiçado" até agora.

"Vi o resumo de alguns votos. Um falou que eu interferi no resultado das eleições. Se eu interferi, eu tinha que ter ganho. Qual interferência que eu tive na reunião com embaixadores? Pelo amor de Deus. Reunião para falar sobre sistema eleitoral é um crime capital para a política de alguém?", questionou.

Ele negou ter se encontrado com o ministro Kassio Nunes Marques, do TSE, nome indicado por ele ao Supremo Tribunal Federal (STF), e voltou a repetir críticas feitas por políticos de esquerda às urnas eletrônicas.

Segundo o ex-presidente, o que o TSE faz um "julgamento político" para prejudicar a direita na próxima eleição presidencial. "A esquerda quer uma eleição em 2026 sem concorrente, um WO", afirmou. "Está dispensada a eleição de 2026, sem um concorrente à altura. Seria eleger o Lula por aclamação."

Até grupos da esquerda, na visão de Bolsonaro, estariam se posicionando contra o absurdo. "Até a esquerda, através do Rui Costa (Pimenta), (presidente) do PCO, está dizendo que o julgamento é um absurdo", ressaltou. Ele se refere a uma declaração do líder do partido de extrema esquerda em um podcast, que afirma que a esquerda não deveria apoiar uma "condenação política, por um crime de opinião", com o risco de os políticos desse espectro também serem punidos futuramente.

Bolsonaro disse não se arrepender da reunião com os embaixadores, realizada no período pré-eleitoral no ano passado, e que tudo aquilo foi uma resposta ao ministro do STF Edson Fachin, que se reuniu com diplomatas meses antes para defender o sistema eletrônico de votação das urnas. "Não tem nada demais a reunião minha com embaixadores. É uma política privativa minha", disse o ex-presidente.

Perguntado sobre o que fará caso fique inelegível, Bolsonaro afirmou que será "talvez um bom cabo eleitoral". "Se eu estiver fora do jogo, vou ser, talvez, um bom cabo eleitoral. Tem vários bons nomes por aí, mas acredito até o último segundo na isenção e em um julgamento justo e sem revanchismo por parte do TSE", frisou.

Ele deu as declarações no Rio de Janeiro, onde tem residência. Em seguida, viajou a Belo Horizonte acompanhar o velório de Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura (**leia reportagem na página 6**). A previsão é de que, nesta sexta-feira, ele retorne a Brasília, onde deve acompanhar o fim do julgamento na Corte Eleitoral. (**Com Agência Estado**)

> **A esquerda quer uma eleição em 2026 sem concorrente, um WO. Está dispensada a eleição de 2026, sem um concorrente à altura. Seria eleger o Lula por aclamação"**
>
> ***Jair Bolsonaro,***
> *ex-presidente da República*